

## **Comissão Especial – PEC 135/19 – Cédulas Físicas Para Plebiscitos**

### **REQUERIMENTO N° , DE 2021**

(Do Sr Arlindo Chinaglia, Sr. Odair Cunha e Sr. Carlos Veras)

Requer a realização de Audiência Pública destinada a discussão sobre a proposta de voto impresso a partir da urna eletrônica.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para discussão acerca da temática objeto da vertente Comissão Especial. Na oportunidade, indicamos a oitiva do seguinte convidado:

- a) Desembargador **NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS**, Desembargador no Tribunal Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região desde 2003 e Juiz efetivo no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Biênio 2019-2021.

### **JUSTIFICATIVA**

A PEC 135/2019 pretende acrescentar o §12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de **cédulas físicas**, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria. Ou seja, tem como objetivo implantar no Brasil o retorno ao voto impresso.

Sabe-se pelo histórico recente do país que alguns grupos políticos têm se insurgido contra o resultado das eleições e ainda se manifestado contra as urnas eletrônicas e "pelo voto auditável", dando a entender que não vão aceitar o resultado das urnas ou vão exigir uma recontagem com auditoria em eleições futuras.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arlindo Chinaglia e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211384961900>

0019648382112021\*  
\* C D 2 1 1 3 8 4 9 6 1 9 0 0

Trata-se, portanto, de uma ameaça concreta ao processo democrático e à Justiça Eleitoral. Sabe-se que a implantação da votação a partir da urna eletrônica teve como escopo primordial concretizar maior proteção ao voto e equilíbrio do pleito, termos muito comuns na legislação eleitoral.

Nesse aspecto é importante no bojo da comissão especial da PEC 135/2019, que pretende discutir no parlamento a tramitação desta proposta que tem como objetivo restaurar o processo de voto impresso no Brasil, a oitiva do Sr. **NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS**, Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (**maior colégio eleitoral do País**) e um especialista nessa temática em discussão na Comissão Especial.

Sala das Comissões, em ... de maio de 2021.

**Arlindo Chinaglia**  
**Deputado Federal PT-SP**

**Odair Cunha**  
**Deputado Federal PT-MG**

**Carlos Veras**  
**Deputado Federal PT-PE**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arlindo Chinaglia e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211384961900>

CD211384961900



## **Requerimento (Do Sr. Arlindo Chinaglia )**

Requer a realização de Audiência Pública destinada a discussão sobre a proposta de voto impresso a partir da urna eletrônica, com o Sr. Desembargador NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS, Desembargador no Tribunal Regional Federal.

Assinaram eletronicamente o documento CD211384961900, nesta ordem:

- 1 Dep. Arlindo Chinaglia (PT/SP)
- 2 Dep. Carlos Veras (PT/PE)
- 3 Dep. Odair Cunha (PT/MG)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Arlindo Chinaglia e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211384961900>